

UM PORTUGUÊS

232
RUBEM BRAGA

MAGALHAES JÚNIOR contou em crônica a espécie de surpresa que teve ao saber que o velho João de Barros, homem tão elegante e amável, e tão generoso de afetos e tolerâncias, era um duro e irreduzível inimigo da ditadura portuguesa. Não é de hoje, entretanto, que o ilustre homem de letras manifesta sua fé democrática, e nega a aprovação de seu alto e brilhante espírito à desoladora mediocridade de uma ditadura obscurantista. E nisso tem e sempre teve ao seu lado os mais belos espíritos de sua terra, a começar — para citar um nome de romancista admirado no Brasil e em todo o mundo — por esse excelente Ferreira de Castro.

Encontrei João de Barros em Lisboa, à mesa de jantar de um bom amigo comum. Eu queria saber de Portugal, e ele me crivava de perguntas do Brasil; tinha saudades de seus amigos, que era um mundo de gente, desde Alvaro Moreyra a Herbert Moses. Falou-se, depois, em política — e ele me deu, sem paizão, com um honesto espírito de crítica, resposta às perguntas que fiz. Falava como se fosse um observador frio e um pouco distante; logo mudou de assunto para me perguntar se fora a teatro, se ouvira, na rua, as cantigas do povo, onde comera e bebera.

Alguém que estava presente insistia, entretanto, em falar de política, e como eu perguntasse da reação do governo contra os que tinham assumido publicamente uma atitude de oposição ao regime, referiu casos de perseguição — e entre eles o de um filho de João de Barros. Esse moço, devotado aos estudos, conquistara uma cadeira no Instituto Superior de Agronomia, através de difícil concurso. Quando resolveu puni-lo por não ser salazarista, o governo não ousou tomar uma atitude clara. Fez simplesmente isto: não lhe pagava os vencimentos. Todos recebiam,

menos ele; e ao fim de dois ou três meses, a pessoa encarregada dos pagamentos disse-lhe que desistisse de procurá-la, pois tinha ordem verbal terminante, vinda de cima, de não lhe pagar... E de nada adiantaria ele reclamar, invocar leis, procurar juizes, fazer qualquer coisa: a ordem era não pagar.

Essa maneira tão mesquinha e primária de agir era, disseram-me então, bem típica do estilo salazarista. A conversa ia se prolongando sobre o assunto, quando João de Barros nos interrompeu. Disse que aquele caso, que o afetava pessoalmente, não tinha lá tanta importância; havia histórias bem mais tristes a contar sobre o governo de Portugal. Mas apelava para seus amigos portugueses: ali estava à mesa um brasileiro que devia passar pouco tempo em Lisboa. Que não lhe enchessem os ouvidos de melancolia.

“Essa gente toda, disse-me, referindo-se ao governo, não tem tanta importância assim. O que tem importância é Portugal. E aqui há muita coisa linda e boa a conhecer, a ver, a sentir. Não perca tempo perguntando e ouvindo sobre homens do governo, que não merecem essa atenção. Portugal vale bem mais do que isso”.

Não me lembram mais suas palavras textuais, mas este era o seu sentido. Aquêlê homem que, falando de política, me escondera um fato que certamente o ferira com rigor em seu sentimento de pai, levava a delicadeza de sua hospitalidade a esse ponto. Conto isso para mostrar a Magalhães Júnior que aquêlê homem tão polido, tão elegante e cavalheiro não perdeu sua nobre linha de finura nem naquele momento em que a mais justa paixão diante de uma injustiça mesquinha podia transtorná-lo. Achava, com certeza que Salazar não merecia isso.

E como alguém insistisse em contar outro caso político ele cortou a conversa, voltando-se para uma senhora brasileira presente ao jantar:

— “Vossa excelência que nos perdõe termos estado a falar dessas coisas. Mas então ainda não foi ao Estoril?”.

19. 1. 49